



Avaliação Institucional Externa
de Mato Grosso do Sul

NOTA TÉCNICA



**GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO E APOIO INSTITUCIONAL**

REINALDO AZAMBUJA SILVA
GOVERNADOR

MURILO ZAUIH
VICE-GOVERNADOR

MARIA CECILIA AMENDOLA DA MOTTA
SECRETÁRIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

EDIO ANTONIO RESENDE DE CASTRO
SECRETÁRIO-ADJUNTO DA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

SORAYA REGINA DE HUNGRIA CRUZ
SUPERINTENDENTE DE PLANEJAMENTO E APOIO INSTITUCIONAL

CESAR EDUARDO DA SILVA
COORDENADOR DE PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO

EQUIPE DE AVALIAÇÃO
ANA PAULA ALMEIDA DE ARAÚJO
EDNA FERREIRA BOGADO DA ROSA
GLAUCIA ROSELY BARBOSA MARIN
KÁRIN ASTRID MARQUES DOS SANTOS
LUCIANA GUILHERME DA SILVA
MARISTELA ALVES DA SILVA TEIXEIRA

SUMÁRIO

1. AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL.....	5
1.1 Apresentação	5
2. EDUCAÇÃO DE QUALIDADE NA GESTÃO DEMOCRÁTICA DA INSTITUIÇÃO ESCOLAR – O FOCO NA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL.....	9
3. AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL EXTERNA DE MATO GROSSO DO SUL – AIEMS	11
3.1 Objetivo Geral.....	11
3.1.1 Objetivos Específicos	11
3.2 Pressupostos	11
3.2.1 Pressupostos Legais	12
3.3 Metodologia.....	13
3.3.1 Delineamento da Avaliação Institucional Externa.....	14
3.3.2 Instrumento Eletrônico.....	15
3.3.2.1 Dimensões.....	16
3.3.3 Informações do Software.....	16
3.3.4 Pontuação	17
3.3.5 Cálculo das Médias	17
3.3.6 Execução da Avaliação Institucional Externa	18
3.3.7 Análise dos Resultados	19
4. RELATÓRIO FINAL DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL EXTERNA	20
REFERÊNCIAS.....	21

...nós só podemos compreender as coisas a partir do que somos, sabemos e sentimos. Olhar os outros, as pessoas que nos cercam, nada mais é do que fazer uma sensível leitura do mundo. É aprender a conviver com palavras, textos e contextos diferentes, a buscar consensos. Até onde alcança nosso olhar? O que dizem aqueles que conosco falam? As palavras são fluidas, vivas, expressam saberes, crenças, culturas e emoções...Além das palavras, os gestos, os suspiros, os olhares...

Jussara Hoffmann (2005)

1. AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

1.1 Apresentação

A Constituição Federal¹ prevê a educação como direito público e subjetivo, e faz referência “a garantia de padrão de qualidade” (grifo nosso) como um princípio do ensino.

No Brasil, a partir da década de 90, a qualidade educacional tem sido o foco das políticas educacionais e sua busca é marcada por diferentes enfoques relativos aos conceitos utilizados sobre a própria qualidade.

Segundo Gusmão (2013), o conceito de qualidade educacional está relacionado, em sentido absoluto a sua eficiência educacional e finalidade, ou seja, a sua eficácia. Neste texto, essa eficácia está fortemente condicionada ao objetivo do trabalho escolar: a aprendizagem dos estudantes.

Em 1990 o Ministério de Educação (MEC), por meio do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), implantou o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) com o objetivo de produzir informações a respeito da realidade educacional em todas as regiões brasileiras, a partir dos conhecimentos e habilidades dos estudantes, mediante a aplicação de provas estandardizadas.

Além de avaliar a qualidade e efetividade do ensino ministrado, o SAEB:

[...] permite acompanhar a evolução do desempenho dos estudantes e dos diversos fatores incidentes na qualidade e na efetividade do ensino ministrado nas escolas, possibilitando a definição de ações voltadas para a correção das distorções identificadas e o aperfeiçoamento das práticas e dos resultados apresentados pelas escolas e pelo sistema de ensino brasileiro (GARCIA, CHIRINÉA, 2009, p. 8238).

De acordo com Alves e Soares (2013), a consolidação deste processo possibilitou a avaliação e comparação da aprendizagem dos estudantes dos sistemas públicos e privados de ensino. Além de subsidiar os gestores na tomada de decisões e dar conhecimento à comunidade, os processos avaliativos oportunizam a reflexão acerca da Educação por todos os envolvidos no processo educacional (Colombo, 2004).

O relatório Educação para Todos² coloca que o grande objetivo de um sistema de ensino é o êxito educacional e relaciona o seu alcance ao desenvolvimento cognitivo dos alunos. Dessa forma, o êxito alcançado por um

¹ Artigos 205 e 206, inciso VII.

² UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Educação para Todos. O imperativo da qualidade, 2004.

sistema, com relação a esse objetivo, é um dos indicadores de sua qualidade (UNESCO, 2004).

Em 2007, foi criado o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)³, que sintetiza os resultados das avaliações externas de desempenho dos estudantes, coordenadas pelo INEP, com indicadores de rendimento fornecidos pelo Censo Escolar. O IDEB foi elaborado com a finalidade de mensurar de forma objetiva a qualidade da Educação Básica das escolas públicas brasileiras.

O desafio de oferecer Educação de qualidade, como preconizada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação⁴ (LDB), requer que regulamente os mecanismos e garanta a articulação dos sistemas de ensino e o regime de colaboração entre os entes federativos, requisitos essenciais para atingir as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação⁵ (PNE).

As metas, as estratégias e os objetivos do PNE propõem novas perspectivas para a Educação brasileira, nas quais a consecução de metas está vinculada à implementação de ações institucionais mais efetivas.

As implementações das ações institucionais passam obrigatoriamente pela utilização de mecanismos de avaliação com o objetivo de subsidiar a busca dos resultados satisfatórios possíveis (Chianca,2001; Luckesy, 1997).

Chianca (2001) associa os processos avaliativos das organizações a uma forma de gestão da qualidade. Segundo esse autor, a gestão da qualidade é concebida “para melhorar a eficiência organizacional e a produtividade por meio da avaliação da estrutura dos processos e dos resultados” (CHIANCA, 2001, p.104), e define processo como várias ações desenvolvidas para a consecução dos objetivos organizacionais.

Assim, por meio da análise dos indicadores gerados nos processos avaliativos, poder-se-á aperfeiçoar os programas, os projetos em desenvolvimento, implementar e monitorar as ações e os resultados das políticas governamentais voltadas à educação. As políticas educacionais

3 . Art. 3º do Decreto nº 6.094/2007, - A qualidade da Educação Básica será aferida, objetivamente, com base no Ideb, calculado e divulgado periodicamente pelo Inep, a partir dos dados sobre rendimento escolar, combinados com o desempenho dos estudantes, constantes do censo escolar e do Sistema de Avaliação da Educação Básica - Saeb, composto pela Avaliação Nacional da Educação Básica - Aneb e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Prova Brasil).

Parágrafo único. O Ideb será o indicador objetivo para a verificação do cumprimento de metas fixadas no termo de adesão ao Compromisso. (BRASIL, 2007, grifos nossos)

4 Lei de Diretrizes e Bases, Título II, Artigo3º, inciso IX.

5 Lei 13.005 de 25 de junho de 2014

subordinam-se aos anseios da sociedade e dão o tom ao planejamento do ensino que é operacionalizado. O monitoramento dessas políticas permite comparar as metas estabelecidas com os resultados alcançados, levantar hipóteses sobre as possíveis causas dos problemas detectados e redirecionar as decisões que resultem na sua solução.

Apesar da ênfase dada à avaliação dos estudantes, esta Secretaria reconhece a complexidade do contexto escolar, por isso, enfatiza a relevância de uma visão sistêmica desse ambiente, materializada nas diretrizes da Lei do Sistema Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul⁶.

No contexto escolar atuam inúmeras forças que o afetam, mas que necessariamente não interagem de forma positiva. Para concretizar a possibilidade dessa interação, parte-se do entendimento de que quando relacionadas, essas forças clarificam a tomada de decisão (BROOKE & SOARES, 2008; SOARES, 2007).

Uma das primeiras pesquisas nesse campo, o Relatório Coleman, jogou luz a aspectos do contexto dos estudantes que atuam como forças positivas e/ou negativas no desempenho escolar. A partir desse relatório, outras pesquisas foram elaboradas de aprofundamento do tema (BROOKE & SOARES, 2008, WEISZ⁷, 2004). Nessas pesquisas os aspectos contextuais são tratados como **“fatores associados ao desempenho escolar”** (grifo nosso). No Brasil, a infraestrutura física, equipamentos, a conservação dos prédios das escolas, o clima escolar (Alves e Soares, 2013), são exemplos de aspectos identificados como fatores associados ao desempenho escolar. Weisz (2004) faz referência à formação dos professores como fator determinante ao desempenho escolar.

Essas pesquisas sugerem a necessidade da busca de um entendimento do desempenho escolar não somente pelo resultado do teste propriamente dito, sobretudo, pelas variáveis que direta ou indiretamente guardam relação com esse desempenho.

Emerge, portanto, a necessidade dos sistemas educacionais realizarem pesquisas através de avaliações sistemáticas sobre os processos de ações

⁶ Lei nº 2.787, de 24 de Dezembro de 2003.

⁷ Weisz, Telma 2004 - Qualidade da Educação e descontinuidade das políticas públicas de formação de professores. O texto foi apresentado no seminário que ocorreu no início de novembro de 2004, em parceria com a organização não-governamental Ação Educativa e com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef). -

desenvolvidas nas escolas, dos recursos humanos, do clima escolar, bem como das condições de infraestrutura. Sob esses aspectos, estudos de avaliação são imprescindíveis, a fim de que seja possível planejar e estruturar os ambientes físicos, bem como os relacionais de ensino e aprendizagem (TEIXEIRA & REIS, 2012).

Segundo Ribeiro (2000, p.15), “A avaliação é um instrumento fundamental para todo organismo social que busque desenvolvimento e qualidade”. Para Chianca (2001), a principal função da avaliação para os gestores está relacionada a busca de respostas adequadas e confiáveis sobre programas e iniciativas das instituições. Essas informações estratégicas auxiliam o gestor no acompanhamento e aperfeiçoamento das ações, projetos e dos processos internos da escola, além de subsidiá-lo na tomada de decisões.

Além de buscar uma nova direção para as finalidades da avaliação da aprendizagem é fundamental ampliar a discussão construindo uma proposta de avaliação da escola e de todos os seus segmentos. No sistema educacional de hoje só o estudante é sistematicamente avaliado e é usual atribuir-lhe as causas do seu bom ou mau desempenho escolar.

Demo (2004) traz à tona a importância da avaliação para construir um panorama real do objeto avaliado e todos os sujeitos envolvidos têm que participar, pois, a competência ou incompetência da escola constroi-se na inter-relação de todos os seus segmentos, não podendo, portanto, a avaliação escolar restringir-se a alguns dos seus elementos de forma isolada.

Afonso (2005) defende a Avaliação Institucional como uma forma das escolas se conhecerem profundamente e justifica que as especificidades do contexto escolar tornam difícil conhecer sua organização apenas por informações advindas de processos de avaliações estandardizadas. Já Veiga (1997) a caracteriza como um serviço destinado a estimular o desenvolvimento pessoal e profissional dos indivíduos que nele atuam para melhorar os programas que estão sendo desenvolvidos, tornando-o assim, complexo e multidimensional.

Por outro lado, a Avaliação Institucional não ocorre ao acaso é um processo primorosamente planejado e possui uma coerência interna que possibilita a articulação das informações levantadas por meio de metodologias que permitem a cada instituição conhecer e avaliar o seu desempenho quantitativo e qualitativo.

Tal proposição reflete o entendimento de quanto a escola deve ser avaliada em sua totalidade. Diante da complexidade desse processo e para que haja legitimidade e credibilidade, faz-se mister o comprometimento de toda comunidade escolar (COLOMBO, 2004), buscando identificar a coerência entre a missão da escola e as políticas educacionais realizadas. Para Macedo (2009) a avaliação institucional é a materialidade de um modelo de gestão que embasado em princípios democráticos constitucionais propicia espaços de reflexão, formação, aprendizagens e responsabilidades compartilhadas.

2. EDUCAÇÃO DE QUALIDADE NA GESTÃO DEMOCRÁTICA DA INSTITUIÇÃO ESCOLAR – O FOCO NA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

*Cada um pensa como pode...
Quem não compreende um olhar, tampouco
compreenderá um longa explicação.
Mário Quintana*

As mudanças na sociedade oferecem e estimulam novos desafios e oportunidades para as organizações aprenderem coletivamente e desenvolverem habilidades e capacidades mais elevadas. A expansão dos horizontes gera nas equipes de trabalho necessidades mais complexas que requerem esforços e engajamentos contínuos para realizar o que a instituição deseja. A mobilização dos esforços, a superação das dificuldades e o estímulo às inovações exigem dos gestores posicionamento e decisões desafiadoras.

No campo educacional, além dos desafios impostos pela evolução da sociedade e das complexidades do trabalho em equipe, encontram-se aqueles relacionados à disponibilidade de recursos humanos, materiais, financeiros e da vontade política de valorização da educação. Esses fatores são imprescindíveis às instituições escolares para proporem e realizarem, eficazmente, ações desafiadoras com foco na aprendizagem dos estudantes.

O exercício reflexivo do processo de Avaliação Institucional tem o propósito de revelar as diferentes visões dos segmentos da escola sobre esses desafios e fomentar que as implementações dos processos, das ações desenvolvidas, das políticas que fundamentam as práticas gestoras e educativas e das inter-relações existentes entre eles, sejam elaboradas democraticamente.

Essa reflexão sobre os aspectos que fundamentam a gestão escolar e a educação praticada na escola contribui para a construção de novas relações

que facilitam o enfrentamento das contradições, incertezas e transitoriedades da sociedade.

Em relação à gestão escolar, refletir seus fundamentos norteadores e como eles orientam e se concretizam na prática é um passo necessário à compreensão dos caminhos percorridos, subsidiando os mecanismos legais e institucionais à organização dessas ações, que desencadeiam as contribuições da comunidade na construção de uma educação de qualidade, resultantes do compromisso ético, da responsabilidade e qualidade social (LUCE e MEDEIROS, 2008).

Convém ressaltar que a coerência entre a prática gestora e o Projeto Político Pedagógico (PPP) é um aspecto importante a ser considerado quando se inicia um processo de reflexão sobre a prática, justamente porque convida a pensar mais além e avançar para suas razões e sentidos.

Cada contexto educativo possui especificidades, o que implica levar em consideração que as escolas “não podem conhecer-se em profundidade apenas pelas informações obtidas com instrumentos estandardizados” (AFONSO, 2005, p.36).

A realidade que possui múltiplas facetas e está sempre em movimento é um processo rico e inesgotável e o exercício de vislumbrar possibilidades gera a consciência crítica de que os resultados apontados na Avaliação Institucional não têm um fim em si mesmo, ao contrário, os dados e informações podem fortalecer as ações das escolas e as políticas públicas que têm como foco central a educação pública com qualidade social para todos os cidadãos.

Chianca (2001) adverte que a Avaliação Institucional serve para identificar potencialidades e limitações, trazer luz aos pontos positivos e expor os problemas, mas não pode por si só corrigi-los.

Assim, a leitura e análise dos dados e das informações geradas nesse processo avaliativo passam a ser um exercício de possibilidades, pois podem subsidiar metas a curto ou longo prazo para uma gestão democrática comprometida com a qualidade do ensino.

Para Dias Sobrinho (2003, p. 181) “a avaliação deve sem dúvida produzir conhecimentos objetivos e constatações acerca de uma realidade”, nessa perspectiva, a avaliação institucional torna-se importante instrumento para a melhoria do processo educacional, visto que os dados desvelam características dos aspectos avaliados, possibilitando um diagnóstico sobre a instituição de ensino e servindo como base para a tomada de decisões.

3. AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL EXTERNA DE MATO GROSSO DO SUL – AIEMS

A Avaliação Institucional Externa de Mato Grosso do Sul – AIEMS é um processo avaliativo da qualidade da Educação Básica das escolas do Sistema Estadual de Ensino de MS, centrado em instrumentos específicos que permitem o registro de informações qualitativas e quantitativas em relação aos diferentes aspectos das instituições.

Essa avaliação proporciona a participação de todos os segmentos da escola, além de possibilitar a compreensão do seu funcionamento e as percepções apresentadas pelos partícipes, a partir de três questões básicas: Como está? O que fazer? Como fazer?

Os resultados obtidos na AIEMS, oportunizam a escola identificar as suas potencialidades e fragilidades para tomada de decisões por parte da gestão escolar, bem como da Secretaria de Estado de Educação.

Assim sendo, a ênfase passa dos resultados para os processos de reflexão e de ação com vistas à almejada qualidade da educação. Os dados decorrentes são indispensáveis para o autoconhecimento institucional, condição *sine qua non* para a construção de novos aprendizados institucionais, os quais promovem o aperfeiçoamento progressivo e a potencialização dos pontos fortes das unidades escolares que compõem o Sistema Estadual de Ensino de MS.

3.1 Objetivo Geral

A AIEMS objetiva avaliar a gestão administrativa, os processos pedagógicos e organizacionais e as condições estruturais da instituição. Tem um papel preponderante, visto que possibilita a construção da autonomia da unidade escolar, produzindo mudanças na melhoria da qualidade do ensino.

3.1.1 Objetivos Específicos

- Gerar indicadores que sejam subsídios para a tomada de decisões dos gestores da SED, bem como, dos gestores das escolas.
- Gerar relatórios que sejam documentos norteadores para a implantação e/ou implementação de políticas públicas educacionais em MS.

- Apresentar às unidades escolares o feedback dos trabalhos desenvolvidos de forma transparente e objetiva, a partir da percepção dos segmentos envolvidos.

3.2 Pressupostos

Coordenada pela Secretaria de Estado de Educação, a AIEMS compreende um amplo diagnóstico que visa à transformação da realidade da escola e que tem como cenário seu Projeto Político Pedagógico - PPP, sua missão social e as expectativas externas em relação aos seus compromissos sociais.

A AIEMS observa as perspectivas pedagógicas, políticas, administrativas e de apoio à gestão, às quais demandam conhecimento, análise e reflexão sobre as ações e projetos realizados. Demanda ainda, compromisso com a visão de futuro da escola, conduta de transparência, uso dos resultados para a tomada de decisões e planejamento de ações ancorados por um conjunto de pressupostos, sendo:

- permeiar o contexto escolar e compreender as visões interna e externa dos processos e dos resultados relacionados aos seus objetivos;
- envolver todos os segmentos da comunidade escolar;
- publicizar os resultados;
- apresentar aspectos formativos e somativos;
- possibilitar a reflexão sobre a missão e finalidades da instituição de ensino;
- evidenciar as potencialidades e as fragilidades dos processos administrativos, pedagógicos, de infraestrutura e condições de funcionamento e de interação no ambiente escolar; e
- nortear a busca permanente da qualidade dos serviços educacionais.

3.2.1 Pressupostos Legais

A Constituição Federal do Brasil (1988), em seu Art. 206, inciso VII, estabelece a “garantia de padrão de qualidade”. Nesse sentido, a Avaliação Institucional caracteriza-se como uma importante ferramenta de aprimoramento por compreender elementos conceituais que contribuem para uma análise crítica da realidade, além de ser uma fonte valiosa de informação propiciando

ressignificação dos processos educativos no desenvolvimento institucional da escola e na gestão educacional.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, no cap. IV, art. 9º, inciso IX, reforça e explicita a responsabilidade da União em "...autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino...".

A Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul em parceria com o Conselho Estadual de Educação de MS, implantou em 2001 a Avaliação Institucional Externa de Mato Grosso do Sul

A Lei do Sistema Estadual de Ensino de MS nº. 2787, de 24 de dezembro de 2003, estabelece ainda que:

Art. 114. A avaliação institucional é o procedimento de controle da eficácia do processo ensino-aprendizagem incidindo sobre as suas condições estruturais e de funcionamento e compreenderá:

I - avaliação interna e auto-avaliação, organizada e executada pela própria instituição envolvendo os diferentes segmentos que integram a comunidade escolar a partir de critérios estabelecidos na proposta pedagógica;

II - avaliação externa, organizada e executada pelos órgãos próprios da Secretaria de Estado de Educação.

Art. 115. O processo de avaliação institucional incidirá, no mínimo, sobre os seguintes aspectos:

I - o cumprimento da legislação de ensino;

II - o processo de planejamento de ensino-aprendizagem;

III - a qualificação e desempenho dos dirigentes, professores e demais funcionários;

IV - a qualidade dos espaços físicos, instalações, equipamentos e adequação às suas finalidades;

V - a organização da escrituração e do arquivo escolar;

VI - a articulação com a família e a comunidade escolar;

VII - o desempenho dos alunos suas competências e habilidades.

Diante do exposto, em cumprimento às legislações vigentes supracitadas e as Deliberações do Conselho Estadual de Educação (CEE), a Secretaria de Estado de Educação de MS realiza a AIEMS nas escolas do Sistema Estadual de Ensino de MS.

3.3 Metodologia

Chwif (2002) e Chianca (2001) fazem referência a duas categorias de Avaliação Institucional: a somativa e a formativa.

A categoria formativa, também conhecida como avaliação de processo é direcionada ao aperfeiçoamento de programas e/ou projetos em processo de implementação. Essa categoria é entendida por Colombo (2004) e Nóvoa

(1995) como um processo reflexivo e dialético que cria as condições para uma aprendizagem mútua entre todos os segmentos representativos do corpo social da escola.

A Avaliação Institucional somativa coleta informações para tomada de decisão referente aos projetos e/ou programas, conduzida basicamente para “julgar o mérito e a relevância de um programa em relação a determinados critérios, possibilitando a decisão sobre a continuidade, extensão ou descontinuação do programa” (CHIANCA, 2001, p. 18).

A concepção metodológica da AIEMS inclui aspectos formativos e somativos, definindo-se como metodologia híbrida por considerar conceitos desses dois campos de avaliação.

O aspecto somativo relaciona-se à gama de informações coletadas e direcionadas à tomada de decisões referentes à renovação de autorização de funcionamento das escolas que integram o Sistema Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul. Essas informações constituem “...parâmetros para definição de implementações de políticas públicas e para concessões do Poder Público” (Art. 116, Lei nº. 2787/2003).

O aspecto formativo da Avaliação Institucional é respaldado pelos artigos 114 e 115, da Lei supracitada, quando considera que seus procedimentos são focados no controle de eficácia do processo de ensino e aprendizagem e incide sobre os fatores associados ao desempenho escolar.

Afonso (2005) e Chianca (2001) alertam que por razões das especificidades do contexto educativo e da evolução do campo da avaliação nos últimos anos, as formas mais adequadas para avaliação institucional implicam metodologias híbridas.

3.3.1 Delineamento da Avaliação Institucional Externa

A AIEMS é realizada nas unidades escolares do Sistema Estadual de Ensino de MS por meio do Sistema on-line de Avaliação Institucional Externa de MS/SAIEMS, composto por instrumentos de avaliação disponibilizados em ambiente virtual, com formulários específicos para cada rede de ensino.

Inicia-se com o preenchimento, pelo diretor, de um questionário denominado “Caracterização Escolar”, a partir do qual são definidos os demais questionários a serem preenchidos por todos os segmentos da comunidade escolar. A participação se dá de forma censitária pela direção, coordenação,

professores, secretário escolar, funcionários administrativos e avaliador externo, representante da SED/MS, e de maneira amostral, estudantes e pais ou responsáveis, com percentual de 30% e 25%, respectivamente.

Os questionários dos segmentos da escola supracitados são constituídos por informações não pontuadas e pontuadas. As informações não pontuadas são relacionadas ao perfil dos respondentes e as pontuadas às dimensões: Gestão Administrativa, Pedagógica, de Infraestrutura e Condições de Funcionamento da Escola e de Interação no Ambiente Escolar que resultarão na média da escola.

Essa média é calculada a partir das respostas atribuídas a cada um dos itens presentes nas dimensões mencionadas anteriormente, que geram um valor de zero a dez que categoriza os resultados apresentados da escola em seis níveis de desempenho: avançado, adequado, intermediário, básico, crítico e muito crítico.

3.3.2 Instrumento Eletrônico

Uma avaliação concretiza-se com a definição do instrumento de coleta de informação, pois, conforme Chwif (2002, p.557) “antes de avaliar é necessário um meio para se atingir uma medida”.

A AIEMS é executada por meio de dois instrumentos:

- Um questionário com itens de caracterização escolar, preenchido pelo diretor e o avaliador externo, sendo esse último representado pelo Supervisor de Gestão Escolar; e,
 - um questionário sobre o contexto escolar que permite avaliar a percepção dos respondentes, sendo este aplicado a todos os segmentos da comunidade escolar.

Cada dimensão avaliada está estruturada em áreas, tópicos e itens, conforme imagem abaixo:



3.3.2.1 Dimensões

O processo avaliativo propiciará reflexão sobre os elementos da qualidade da escola representados pelas dimensões:

- a) **Gestão Administrativa** - Esta dimensão incide sobre a gestão escolar, uso das ferramentas da gestão escolar, investimentos e gestão de recursos humanos, prestação de contas e transporte escolar.
- b) **Gestão Pedagógica** - Esta dimensão incide sobre o Referencial Curricular/Diretrizes Curriculares, Projeto Político-Pedagógico (PPP), planejamento, projetos, recursos didáticos, Atendimento Especializado para Estudantes com Transtornos Funcionais Específicos da Aprendizagem, Atendimento Educacional Especializado (AEE), modalidades de ensino, avaliação da aprendizagem, Avaliação de Desempenho – Sistema de Avaliação da Educação da Rede Pública de MS (SAEMS) e Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB.
- c) **Gestão de Infraestrutura e Condições de Funcionamento da Escola** - Esta dimensão incide sobre as Reformas Realizadas pela SED (escolas estaduais), Sala da Direção, Sala da Coordenação Pedagógica, Sala dos Professores, Secretaria Escolar, Salas de Aula, Área Externa da Escola, Banheiros, Biblioteca, Sala de Tecnologias Educacionais (STE) / Informática, Laboratórios Científicos, Laboratórios para prática da Educação Profissional, Quadra de Esportes, Segurança, Acessibilidade e Alimentação/Cozinha/Depósito.
- d) **Gestão de Interação e Ambiente Escolar** - Esta dimensão incide sobre a integração com a escola, expectativas, zelo ao patrimônio e compromisso com a escola. Disponibiliza-se nesta dimensão também, alguns aspectos a serem avaliados como ponto positivo ou negativo da unidade escolar.

3.3.3 Informações do Software

O Sistema de Avaliação Institucional Externa de MS (SAIEMS) é gerenciado por um Software, desenvolvido por empresa especializada, com

arquitetura tecnológica Linguagem C#, Plataforma Microsoft .NET Framework 4.5, ASP.NET MVC 4.0, banco de dados SQL Server 2008 R2. Programação Front-End: Javascript/JQuery e RIOT;A.

3.3.4 Pontuação

Cada item está associado a uma escala que gera um valor de zero a dez. Os valores variam conforme o número de opções de escala. Para exemplificar a variação desses valores são apresentadas as escalas presentes nos formulários:

ESCALA 1

Escala	Sim	Não
Valores	10	0

ESCALA 2

Escala	Sim	Parcialmente	Não
Valores	10	5,0	0

ESCALA 3

Escala	Sim	Às vezes	Não	Não sei informar
Valores	10	6,66	3,33	0

ESCALA 4

Escala	Sim	Parcialmente	Não	Não sei informar
Valores	10	6,66	3,33	0

3.3.5 Cálculo das Médias

- DOS ITENS – a nota do item é calculada a partir da **média aritmética** atribuída às respostas dos participantes⁸.

⁸ No cálculo da média, utiliza-se as notas de todos os itens obtidas a partir das respostas dos segmentos da escola. Inclui-se neste cálculo 0,0 (zero) a todos os itens em que os participantes não responderam a avaliação.

- DOS TÓPICOS – a nota do tópico é calculada a partir da média aritmética das respostas atribuídas pelos participantes aos itens que compõe cada tópico.
- DAS ÁREAS – a nota da área é calculada a partir da média aritmética das respostas atribuídas pelos participantes aos itens que compõe cada área.
- DAS DIMENSÕES - a nota da dimensão é calculada a partir da média aritmética das respostas atribuídas pelos participantes aos itens que compõe cada dimensão.
- DA ESCOLA – a nota da escola é calculada a partir da média aritmética das respostas atribuídas pelos participantes aos itens que a compõe. Neste cálculo considera-se as respostas de todos os segmentos da escola e, também, do avaliador externo.

O resultado geral da avaliação é sintetizado na pontuação definida por intervalos de notas, organizadas em níveis de desempenho, caracterizados por cor, conforme tabela 1:

Tabela 1 – Escala de níveis de desempenho da AIEMS

NÍVEIS DE DESEMPENHO	AVANÇADO	ADEQUADO	INTERMEDIÁRIO	BÁSICO	CRÍTICO	MUITO CRÍTICO
FAIXA DE NOTAS	> 9,1	9,0 - 8,0	7,9 - 7,0	6,9 - 5,5	5,4 - 4,0	< 4,0

3.3.6 Execução da Avaliação Institucional Externa

Etapa da SED

A AIEMS é acompanhada por técnicos da Secretaria de Estado de Educação, designados para operacionalizar o SAIEMS, viabilizado pelo site www.saiems.sed.ms.gov.br

Aos técnicos da SED compete:

- cadastrar a escola e o avaliador externo;
- abrir a avaliação da unidade escolar no SAIEMS;
- monitorar diariamente o processo avaliativo no SAIEMS;
- analisar os dados coletados;
- elaborar o relatório.

Ao avaliador externo compete:

- preencher a caracterização escolar em visita *in loco*;
- preencher o questionário da AIEMS;

- registrar, por meio de fotos, os ambientes escolares, conforme orientações recebidas.

Etapa da Escola

Inicia-se com o recebimento de e-mail automático enviado via SAIEMS com o login e senha do diretor e orientações para a realização da avaliação.

À Direção compete:

- preencher a caracterização escolar;
- instituir a Comissão de Coordenação e Acompanhamento da Avaliação Institucional Externa em reunião com registro em ata;
- fazer o upload da ata no SAIEMS;
- gerar senhas e logins para os segmentos da escola.

À Comissão compete:

- coordenar, acompanhar, mobilizar e orientar a comunidade para a participação no processo avaliativo por meio do preenchimento de questionários on-line.

3.3.7 Análise dos Resultados

Segundo Chianca (2001), os resultados das avaliações não são autoexplicativos e possuem significados diferentes para pessoas diferentes, o que induz a interpretações distintas influenciadas por valores, experiências anteriores e expectativas.

As informações quantitativas e qualitativas deverão ser apropriadas e sistematicamente analisadas, possibilitando a explicitação clara das respostas aos questionamentos que estão no centro do processo avaliativo.

Para Chianca (2001) a interpretação dos resultados da avaliação é o processo que possibilita agregar significado, dando sentido às informações analisadas e permitindo que se chegue a conclusões sustentáveis e significativas para os principais interessados pela avaliação.

Nessa premissa, os resultados expressos obtidos por meio da AIEMS, apresentam, para além da mensuração quantitativa decorrente do cálculo das notas, uma abordagem qualitativa que compreende o ponto de vista dos segmentos respondentes, bem como, do avaliador externo, no âmbito das quatro dimensões, do perfil da instituição e todo seu processo de funcionamento. Ressalta-se ainda, que o estudo desses dados propicia o conhecimento e a análise da percepção dos envolvidos sobre a aprendizagem dos estudantes e os fatores que podem estar relacionados ao seu desempenho.

4 RELATÓRIO FINAL DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL EXTERNA

Ao término da avaliação é editado o relatório final da AIEMS que está organizado com os dados referentes à caracterização escolar, sendo estes preenchidos pela direção e avaliador externo, bem como, os resultados da avaliação e as considerações finais.

Esse formato propicia aos usuários agilidade e transparência no acesso aos resultados e, também, armazenamento e tratamento dos dados coletados, com intuito de garantir o sigilo das respostas dos participantes.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Almerindo Janela. Avaliação educacional: regulação e emancipação: para uma sociologia das políticas avaliativas contemporâneas - Editora Cortez - 3ª edição - São Paulo, 2005.

ALVES, Maria Teresa Gonzaga; SOARES, José Francisco. Contexto escolar e indicadores educacionais: condições desiguais para a efetivação de uma política de avaliação educacional. Educação e Pesquisa. vol.39 nº.1, São Paulo Jan./Mar. 2013 – Texto extraído da internet em 7/2/2014 às 07:44 <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-97022013000100012>

BLASIS, Eloisa de; FALSARELLA, Ana Maria; ALAVARSE, Ocimar Munhoz (org). Avaliação e Aprendizagem: Avaliações Externas: perspectivas para a ação pedagógica e a gestão do ensino. CENPEC: Fundação Itaú Social, São Paulo, 2013.

BROOKE, Nigel; SOARES, José Francisco (Eds.). Pesquisa em eficácia escolar: origem e trajetórias. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

CHIANCA, Thomaz. Desenvolvendo a cultura de avaliação em organizações da sociedade civil. Editora Global – São Paulo, 2001.

CHWIF, Leonardo. Questionário para Avaliação Institucional baseados na lógica fuzzy. ENSAIO: Avaliação e Políticas públicas em Educação. Fundação Cesgranrio – v.1, n.1, (out/ dez, 1993) – Rio de Janeiro, 2002.

COLOMBO, Sonia Simões [org]. Gestão educacional; uma nova visão. Artmed. Porto Alegre, 2004.

CRUZ, Priscila; MONTERIO, Luciano (org). Anuário Brasileiro da Educação Básica. Art Gestão Democrática , p. 110-111. Editora Moderna, 2013.

DEMO, Pedro. Avaliação qualitativa. 3.ed. São Paulo: Editora Cortez, 1991. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo, v. 25).

DIAS SOBRINHO.J. e BALZAN, C.N. Avaliação Institucional: teoria e experiências. São Paulo, Cortez, 1995.

DIAS SOBRINHO. J. Avaliação: Políticas Educacionais e Reformas da Educação Superior. São Paulo, Cortez, 2003.

GUSMÃO, Joana Buarque. A construção da noção de qualidade da educação. Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação. Fundação Cesgranrio, Rio de Janeiro, v.21, n. 79, p. 299-322, abr/jun. 2013.

WEISZ, Telma. In Seminário Qualidade na Educação. Módulo I, 2004. Brasília – DF. Garantia de Equidade e Aprendizagem na Escola. INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais.

Lück, Heloísa Dimensões de gestão escolar e suas competências. Curitiba: Editora Positivo, 2009.

LUKESI, C. A Avaliação da aprendizagem escolar. Editora Cortês, 6ª Ed. São Paulo, 1997.

MACEDO, Mara Elisa Capovilla Martins de. Auto-avaliação institucional na educação básica: uma contribuição necessária para o aprimoramento das práticas pedagógicas – Presidente Prudente, São Paulo, 2009.

Acessado em 25 de Maio de 2005. Disponível em <apeclx.unoeste.br/tede/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=187>

MARANHÃO, Muriti. ISO Série 9000 (versão 2000): o passo a passo para solucionar o quebra-cabeça da gestão sustentada – 9ª ed. rev. e ampliada – Qualitymark – Rio de Janeiro, 2009.

MELCHIOR, Maria Celina. Re-significando a Avaliação Institucional. Texto da internet. <

http://www.editorapremier.com.br/artigos/Resignificando_a_Avaliacao.pd>

Acessado em 12/8/2013 as 16:03.

MS - MATO GROSSO DO SUL, Secretaria de Estado de Educação. SAEMS 2012. Universidade Federal de Juiz de Fora, CAED, v.3 (jan/dez. 2012), Juiz de Fora, 2012.

RIBEIRO, Célia Maria Ribeiro et al. Projeto de Avaliação Institucional da Universidade Federal de Goiás, 2000.

Avaliação Institucional: o desenvolvimento humano enquanto percurso e destino. 2002. (TEXTO).

SOARES, José Francisco. Melhoria do desempenho cognitivo no ensino fundamental. Cadernos de Pesquisa. Fundação Carlos Chagas, v.37, p. 15-10, 2007.

TEIXEIRA, Madalena Telles; Reis, Maria Filomena. A Organização do Espaço em Sala de Aula e as Suas Implicações na Aprendizagem Cooperativa. Meta: Avaliação | Rio de Janeiro, v. 4, n. 11, p. 162-187, mai./ago. 2012. Disponível em <

http://www.academia.edu/3110200/A_organiza%C3%A7%C3%A3o_do_esp%C3%A7o_em_sala_da_aula_e_suas_implica%C3%A7%C3%B5es_na_aprendizagem_cooperativa>

Acessado em 27 de Maio de 2015.

VEIGA, Ilma Passos A. Projeto Político Pedagógico da escola : uma construção possível. Campinas. Editora Paprus, 1997

GARCIA, A. L. CHIRINÉA, A.M. **O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e os fatores associados para a qualidade da educação.**

Disponível em:

<https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/139739/ISSN2175-7054-2009-8233-8246.pdf?sequence=1>. Acesso em 17 de dezembro de 2019.